



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: JAIR TATTO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 10/06/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Falha na transmissão

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Bom dia a todos e a todas.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento declaro abertos os trabalhos da décima primeira audiência pública da Comissão do ano de 2021 e a segunda para debater o PL 236/2021, do Executivo, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2022.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online](http://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online); pela TV Câmara São Paulo, no canal digital 8.3; bem como pelo canal da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube, pelo Facebook e pelo Twitter.

Esta audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde o dia 4/6/2021 e foi publicada nos jornais: *Agora*, em 7/6/2021 e *Folha de S. Paulo*, no dia 8/6/2021.

As inscrições para o pronunciamento foram previamente abertas no site da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 04/06/2021 no endereço <http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual>.

Foram convidados para esta audiência os Srs.: Guilherme Bueno de Camargo, Secretário Municipal da Fazenda, que está acompanhado da Sra. Claudia Bice Romano e dos Srs. Henrique de Castilho Pinto, Fabiano Martins de Oliveira e do Secretário-adjunto. O Sr. Secretário me ligou há pouco, então, a Secretário Adjunto Luis Felipe Arellano fará a exposição pela Secretaria da Fazenda do Município.

Foi convidado Sr. João Antônio da Silva Filho, Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, TCM-SP, que será representado pelo Sr. Thulyo Tavares, agente de fiscalização, da Subsecretaria de Fiscalização e Controle, assim como os Srs. Vereadores da Câmara Municipal e a sociedade em geral.

Informo a presença do nobre Vereador, líder da bancada do PT, Eduardo Matarazzo Suplicy; do nobre relator Vereador Isac Felix; e do Vereador Fernando Holiday. Estão presentes para a tradução de libras a Sra. Vanessa e o Sr. Samuel. Muito obrigado mais

uma vez.

Passo, então, imediatamente a palavra ao Secretário-adjunto da Fazenda Sr. Luis Felipe Arellano para exposição da LDO. Em seguida, passarei ao Sr. Thulyo, que representa o Tribunal de Contas do Município.

Na exposição do Secretário-adjunto Luis Felipe e do Thulyo, representando o TCM, considerarei abertas as inscrições nesta audiência pública.

Luis Felipe, podemos começar? (Pausa).

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Sr. Presidente, o Sr. Luis Felipe falou comigo e está superando uma dificuldade técnica para conseguir se comunicar. Ele está presente na audiência, mas está com um pouco de dificuldade.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Vamos ver onde está o problema? (Pausa). Está querendo inverter também, não sei se é conveniente. O Thulyo pode ir fazendo a sua fala também. Não há problema nenhum, não prejudica. Pode ser?

Então, passo a palavra ao Sr. Thulyo Tavares, representando o Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

**O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES** - Bom dia a todos.

Gostaria de cumprimentar o Presidente desta Comissão, os Vereadores aqui presentes, a equipe da Secretaria da Fazenda e todos os munícipes que nos acompanham nesta que é a segunda audiência pública sobre o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022.

Então, conforme o prometido na audiência anterior, nós encaminhamos, na semana passada, o relatório completo de auditoria do Tribunal acerca deste projeto de lei antes desta audiência, para que possa conferir efetividade à atuação do Tribunal. Nós encaminhamos por e-mail à Comissão e também encaminhamos via ofício tanto para a Secretaria da Fazenda quanto para a Câmara Municipal.

Então, eu destaco aqui, a partir dessa análise nós fizemos do PLDO 2022, foram identificadas as seguintes irregularidades e oportunidades de melhoria sobre o projeto. Então,

4.1, não constou o detalhamento da utilização da reserva de contingência, em infringência ao artigo 5º, inciso III, b, da LRF.

4.2, a demonstração dos projetos em andamento, que é parte do Anexo 3, carece de detalhamentos, indicando somente uma lista de projetos, sem referência a valores já investidos e a serem dispendidos para a conclusão de cada projeto, nem menção aos potenciais atrasos e riscos de execução e nem clara a correlação entre as metas e prioridades, infringindo o parágrafo único do artigo 45 da LRF.

4.3, as despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização deveriam ter sido contempladas no PLDO 2022, no sentido de orientar a elaboração da LOA de 2022, conforme dispõe o artigo 165 da Constituição, e para o adequado cumprimento da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional 377 de 2020.

4.4, não houve o detalhamento sobre as despesas obrigatórias que não estarão sujeitas à limitação de empenho, dificultando a verificabilidade da informação.

4.5, não constou no mapeamento dos riscos fiscais o detalhamento e a mensuração dos processos judiciais com grande probabilidade de perda, que compõem o estoque de 11,5 bilhões de reais, que é o estoque dos depósitos judiciais da Prefeitura, em infringência também a dispositivo da LRF.

4.6, faltou divulgar os valores de cada uma das concessões e outorgas, inclusive se o pagamento já foi realizado, prejudicando a mensuração do risco ao qual o Município está sujeito.

4.7, o quadro das metas fiscais apresentado no projeto da LDO, com a ausência dos valores dos juros, e cargos e variações monetárias ativas e passivas foi elaborado em desacordo com o estabelecido no manual de demonstrativos fiscais.

4.8, não houve a devida justificativa das projeções em relação à dívida consolidada bruta, disponibilidade de caixa e dívida consolidada líquida.

4.9, a redação do artigo 41 do PLDO não é clara e objetiva, gerando conclusões inadequadas. A previsão de exclusão do pagamento de precatórios financiado com recursos de

depósitos judiciais de terceiros na apuração da meta de resultado primário está em desacordo com o manual de demonstrativos fiscais.

4.10, não foi apresentada a devida justificativa das principais variações das metas previstas para 2021, tanto do resultado nominal – 9,2 bi – quanto do resultado primário – 8,2 bi – quando comparadas com as realizadas em 2020.

4.11, o demonstrativo 7 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receitas -, do Anexo de Metas Fiscais do PLDO, não apresenta a coluna Compensação nem o total renunciado a cada ano, em desacordo com as instruções do MDF, que é o Manual de Demonstrativos Fiscais. Além disso, não consta no quadro do PLDO o Decreto 59.281, de 2020, e a Lei 17.403, também de 2020, que trazem dispositivos relacionados à renúncia de receitas.

4.12, e esta é a última infringência ou impropriedade, em relação à previsão de novas despesas obrigatórias de caráter continuado, o demonstrativo apenas informa os valores de 2,2 bilhões e 1,4 bilhão, não apresentando discriminação sobre quais seriam essas receitas e despesas.

Por fim, são sugeridas duas oportunidades de melhoria ao projeto, são as conclusões 4.13 e 4.14.

Então, 4.13, quanto às orientações no PLDO 2022 sobre o controle de custos, as disposições ainda são incipientes e genéricas, carecendo de informações mais específicas e detalhadas. É necessário aprimorar as normas e metodologias de reconhecimento e apropriações de custos possibilitando o efetivo controle de custos e avaliação dos resultados em relação aos serviços prestados pela Administração Pública.

4.14. O Anexo III, Metas e Prioridades, apresenta as prioridades com seu objetivo e valor específico, no entanto carece de detalhamentos como, por exemplo, unidade de medida e quantidade, o que possibilitaria mais completude na transparência da concretização das metas.

Então, Sr. Presidente, são essas as considerações iniciais do Tribunal de Contas. Permanecemos à disposição. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Thulyo, pela maneira suscinta, objetiva e rápida.

Registro a presença dos Vereadores Delegado Palumbo, Dr. Sidney Cruz e Celso Giannazi. Pergunto se o Luis Felipe conseguiu a conexão?

**O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA** – Presidente, o Luis Felipe nos acompanha, mas não consegue interagir aqui no grupo, se me permite, posso da mesma forma que fizemos na primeira audiência, compartilhar a minha tela e fazer aquela breve apresentação rápida, só para nivelarmos a questão do PL e aí entramos no debate. Podemos seguir?

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Fabiano Martins de Oliveira, sua função na Secretaria qual é?

**O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA** – Secretário de Planejamento e Orçamento.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tem a palavra, microfone aberto e a tela também para sua exposição.

**O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA** – Vou compartilhar a minha tela. Compartilhada, então vamos lá.

- Orador passa a se referir a imagens compartilhadas virtualmente.

**O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA** – O objetivo aqui é basicamente fazer uma apresentação rápida sobre o PLDO, projeto de lei, em que buscamos transparência na gestão das finanças públicas do Município e também visar garantir a participação popular na elaboração do orçamento, mesmo em situação de pandemia que infelizmente continuamos vivendo, em 2021.

O projeto de lei é disposto em alguns capítulos, o primeiro deles, Capítulo 1, das disposições preliminares, tratamos basicamente do que compõe a LDO, o texto da Lei e os seus três anexos, riscos; metas e metas e prioridades.

O segundo Capítulo trata dos princípios e objetivos para elaboração da proposta

orçamentária; o terceiro Capítulo, basicamente de como a LOA é organizada, detalhamentos da PLOA, a receita, despesa, legislação de cada órgão, enfim, a estrutura do orçamento.

O Capítulo 4 é importante, pois trata das regras para alterações da legislação tributária. De que forma alterações da legislação tributária no Município que decorrem, por exemplo, de incentivos fiscais, anistia, remissão, isenções, enfim, de que forma isso deve ser tratado no âmbito do Município.

O quinto Capítulo trata especificamente das despesas de pessoal, aquilo que precisamos seguir as normas, as orientações que precisamos seguir para tratar das questões de despesa de pessoal, inclusive, alterações. Estamos ainda, em 2021, com os efeitos da Lei Complementar 173, que veda diversos incrementos na despesa de pessoal. Para 2022, essa Lei deixa de ter vigência, então temos aqui as orientações de como tratar as despesas de pessoal no exercício de 2022.

No Capítulo 6, algumas regras para a execução orçamentária, regras para nortear a execução do orçamento, em 2022. E o Capítulo 7, trata das questões mais gerais, as obrigações legais para o cumprimento, inclusive, a questão das metas de resultado primário e nominal.

Lembrando, essa apresentação também foi feita na primeira audiência, estou passando mais rapidamente aqui para que possamos avançar no debate que, acredito, seja o mais importante neste momento.

Falo agora do primeiro anexo da LDO, Anexo de Riscos Fiscais, aqui dividido em dois cenários. O cenário chamado cenário base, que basicamente trata das variações de receita, despesa e da dívida pública, é o chamado cenário base. E nós temos também outro cenário, que são riscos derivados de outras situações que não estão relacionadas ao cenário base: de receita, despesa e dívida. São riscos relacionados a demandas judiciais, a depósitos judiciais e às concessões e PPPs – parcerias público-privadas.

Riscos de receita, basicamente derivados dos indicadores econômicos que mais se relacionam com a nossa receita, como: o PIB, a inflação, a inadimplência, que estão nesse

anexo que mostra um pouco quais são os riscos da nossa receita.

Um exemplo claro disso é o que estamos vivendo em função da pandemia, que reduziu as nossas receitas; criamos algumas dilatações de prazos para pagamento de tributos. Tudo isso impacta a arrecadação do Município e é tratado como riscos de receita.

Nos riscos da despesa, detalhamos as variações de despesa em função dos riscos derivados dessa natureza. Mas eu posso destacar que o principal risco da nossa despesa é a inflação, porque a maior parte da nossa despesa é a de custeio, que deriva naturalmente da inflação nas renovações contratuais. Além disso, temos também algumas questões contingentes de despesa, como a pandemia, uma das principais razões para despesas inesperadas.

E os riscos da dívida pública hoje, embora entenda que estão mais baixos do que já foram em outras épocas, ainda o maior risco da dívida é a inflação e uma pequena parte da dívida ainda é derivada do câmbio, dívida fechada em dólar, a variação cambial, também é um risco da dívida, embora seja um risco bem menor hoje do que já foi no passado.

O segundo anexo é o das metas fiscais. Antes de falar das metas para o exercício de 2022, trouxemos o quadro mostrando a alteração das metas para o exercício de 2021. Já antecipando uma das colocações do Tribunal de Contas, a revisão das metas basicamente trata da inclusão da utilização de despesas com superávit primário do exercício de 2020, que diminui a nossa meta de superávit primário pois não esperávamos ter de usar todo o recurso de superávit do exercício de 2020, no valor de R\$ 4 milhões.

Aliás, o *superavit* do exercício de 2020 foi gerado também numa circunstância bastante atípica: a pandemia. E com a pandemia se estendendo para 2021, gera o pagamento de despesas, principalmente com saúde, com mobilidade, com transporte, com assistência social, que parece que estão demandando bastantes recursos da Prefeitura esse ano.

Como a utilização do superávit mexe somente para o lado da despesa primária, isso reduz muito o resultado primário, por isso estamos trazendo a proposta de redução das metas de resultado primário e nominal, por consequência, já que é acima da linha, também é

modificado da mesma forma.

Em relação às metas fiscais do exercício, trouxemos um quadro mostrando o que nós consideramos para fazer os cálculos técnicos para os números. Os indicadores usados são do Relatório Focus, do Banco Central, e outros indicadores estatísticos da própria Prefeitura, como a inadimplência histórica do IPTU, a média de crescimento do nosso cadastro; mas, por outro lado, a expectativa de IPCA e de PIB, que é muito importante para o nosso ISS, são os indicadores que nós utilizamos para os cálculos das metas, das receitas e das despesas.

Esse quadro mostra as metas fiscais propostas para o exercício, com as receitas totalizando R\$ 75,7 bilhões para o exercício de 2022; R\$ 75,9 bilhões em 2023; e R\$ 79,8 bilhões em 2024. Da mesma forma, as despesas seguem a mesma grandeza. O quadro mostrando as metas para os exercícios de 22, 23 e 24. Nós temos o resultado primário previsto para 2022, em valor corrente, de 1,3 bilhão negativo. Em 2023, um valor positivo: superávit primário de 2.4. E, em 2024, 3,3 bilhões de reais com o resultado primário. E isso é derivado basicamente da utilização cada vez menor de superávits ao longo dos exercícios. A utilização do superávit, sendo menor, melhora a relação entre despesa e receita primária do exercício, o que faz com que o resultado primário se eleve ao longo do tempo.

Nós colocamos um quadro que mostra um pouco da relação dos componentes da nossa dívida pública. Falamos dele também na primeira apresentação.

A linha superior ali é o vermelho, é a linha da dívida consolidada bruta, por assim dizer. A linha do meio, empresa linha verde, é a consolidada líquida. E nós temos as deduções na linha inferior, na linha mais escura, azul. As deduções do cálculo da dívida. Isso mostra que a relação entre a dívida bruta e a dívida líquida caminham a curto prazo numa mesma direção, e, depois, a dívida bruta diminui, mas a dívida líquida aumenta. Isso é explicado justamente pela redução das deduções. Essa redução das deduções significa dizer que as disponibilidades de caixa ao longo do tempo, que são as deduções da dívida bruta, elas diminuem. Então é por isso que há essa aproximação entre a dívida bruta e a dívida líquida. Nós temos uma redução menor das disponibilidades de caixa ao longo do exercício.

É importante dizer aqui, e talvez seja a informação mais relevante, que a nossa dívida ao longo do tempo vai reduzindo. A dívida líquida, num momento, 20, 21 e 22, aumenta, porém ela já entra também num processo de declínio a partir de 2022, o que demonstra a nossa capacidade de pagamento da nossa dívida.

E aqui é o quadro que basicamente demonstra o que nós tínhamos mostrado graficamente agora. O quadro mostra, numericamente, a dívida consolidada líquida em 22, 23 e 24, sendo reduzida, diminui ao longo do tempo, assim como a dívida bruta consolidada. De 42 bilhões em 2022, e 37 bilhões em 2024; e a dívida consolidada líquida em 32,6 em 2022, e 31,8 em 2024.

Aqui já chegando ao final da apresentação, nós costumeiramente trazemos esse quadro. É um quadro em que colocamos as principais renúncias de receitas que existem no ordenamento jurídico do município. A principal delas é o potencial arrecadatório não exercido em razão das alíquotas do ISS não serem as máximas. É claro que isso é uma situação hipotética: tratar toda a arrecadação do ISS como 5% é uma situação hipotética; seria o potencial arrecadatório. E fazendo um comparativo hoje: se a arrecadação fosse com base em 5%, que é a alíquota máxima de ISS, comparada com as alíquotas que nós temos hoje, nós teríamos aí uma arrecadação de 7,4 bilhões maior. Mais uma vez, essa situação hipotética, é apenas um quadro demonstrativo do que seria. E nós listamos também outras renúncias, outros benefícios fiscais que existem no município. Os seis maiores estão listados. E vale dizer que o total de renúncias previsto nesse projeto de lei, se olharmos pela legislação, o levantamento que nós fizemos, é da ordem de 15,6 bilhões de reais.

Então é isso, Sr. Presidente. Eu devolvo a palavra.

Agradeço mais uma vez pela oportunidade.

Vou tirar o compartilhamento da tela para que continuemos com o debate na audiência.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Eu vou estabelecer aqui um critério. Temos algumas poucas restrições... (Falha na transmissão) ...Colegas Vereadores, para que

possamos ouvi-los. Depois, imediatamente, passo a palavra aos nobres Vereadores.

Então temos inscrito, primeiramente, o André Luiz dos Santos, que é o Rapper Pirata.

**O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS (RAPPER PIRATA)** – Na pessoa do Vereador Jair Tatto, cumprimento todos os Srs. Vereadores – Felix, Eduardo Suplicy –, o pessoal de Finanças, do TCM, os trabalhadores, e, contra o genocídio, cumprimento a cidade inteira.

Eu queria solicitar, porque na LDO, por causa da pandemia, tenha um artigo para se fazer um Fundo Emergencial para a cidade de São Paulo, lembrando que um bilhão de reais – muitas cidades no Brasil vivem com um orçamento de 1 bilhão. Se colocarmos 1 bilhão desses 23 bilhões do orçamento, planejando para a cidade, isso volta para a própria cidade porque o diálogo de Finanças fala que tem problemas, que o problema é a inflação, mas estamos falando de um salto de 68 bi para 75 bilhões de reais. Então, não há esse problema.

Esse debate de que tem a dívida do IPTU também não há porque o IPTU cresceu e o ISS cresceu. O que não tem é a entrada dos recursos da pandemia porque eles eram de fora.

Solicito porque a área da cultura precisa emergencialmente de apoio para o artistas, principalmente, os periféricos.

É isso. Gratidão.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado.

O segundo inscrito é o José Renato Fonseca de Almeida. (Pausa) Vejo, mas não ouço o José Renato. Eu vou chamar o próximo, daí você vai se ajustando.

O próximo inscrito é o Uil Ribeiro.

**O SR. UIL RIBEIRO** – Olá, bom dia a todes e todas. Sou Uil Ribeiro, Assessor Cultural do Vereador Toninho Vespoli. É uma honra participar deste evento tão importante. Eu homem preto cis, tenho cabelo *dreadlocks*, barba por fazer, camisa preta, ao fundo, uma parede branca com uma porta de madeira. Acabei de fazer uma autodescrição também para defender a posição do PSOL PCD.

A minha fala é bem sucinta. Ela vai na linha da defesa da cultura. É inadmissível que a cultura seja lembrada sempre em ocasiões específicas que sejam pertinentes, pois ela movimenta milhões ou bilhões dentro da cidade paulistana, e isso não se reflete ou reverbera dentro do orçamento do Município. A cultura atinge menos de 1% do orçamento. E isso não faz sentido.

Então, a gente precisa olhar com mais atenção, principalmente, porque a pandemia trouxe essa questão, porque a cultura se mostrou realmente importante e o que deu sustância, segurou e afagou os corações neste momento de calamidade pública em que vivemos com a pandemia.

Então, realmente, precisamos defender esse posicionamento e fazer com que a cultura atinja pelo menos 3% do orçamento, sendo que 1,5% sejam destinados às regiões e territórios periféricos e, principalmente, na questão do descongelamento, porque fazemos grande defesa no orçamento, conseguimos esse valor de menos de 1%, porém na execução não se chega a 1%. Desse 1%, em torno de 60% é destinado à cultura.

Trago a vocês o exemplo da linha do reggae. Conquistamos – no ano passado para execução neste ano – 2 milhões 848 mil, desses 812 mil foram retirados em fevereiro, pelo Prefeito Bruno Covas, que retirou e foi empenhado pelo Edital do Reggae da Secretaria Municipal de Cultura 700 mil, ou seja, foi retirado mais do que empenhado para a cultura no momento. Então, temos cerca de 1 milhão e 400 mil para serem descongelados e poderem ser aplicados nos suplentes desse Edital da Cultura. Isso é só um exemplo. Podemos falar da mesma situação do forró, samba, hip hop, enfim, quase todas as linhas sofrem o mesmo problema dentro da rubrica da Secretaria Municipal de Cultura como um todo.

A minha fala é por aqui. Vamos pensar com muito carinho nessa situação. Temos a oportunidade neste ano de fazermos diferente e colocarmos a cultura como realmente ela merece ser reconhecida.

Obrigado. Ótimo dia e ótima audiência para todos.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Uil.

José Renato, conseguiu a conexão?

**O SR. JOSÉ RENATO FONSECA DE ALMEIDA** – Vocês me ouvem agora?

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Estamos ouvindo, sim.

**O SR. JOSÉ RENATO FONSECA DE ALMEIDA** – Maravilhoso. Muito obrigado, Tatto. Agradeço à Presidência, todos os Vereadores presentes, Tribunal, os presentes do Governo etc.

Sou da turma da cultura também. Acho que a gente tem que pensar como é que a gente para, como é que a gente modifica esse ciclo de sempre não tem dinheiro, a gente coloca, o Executivo tira, fica congelado, não descongela, não executa, a gente volta para brigar pelo orçamento.

Aí a gente vai para a Comissão de Orçamento e descobre que tem verba, sobrou verba do ano passado, a verba não foi usada etc. e tal. A gente entra na mesma discussão que todos os companheiros têm trazido e a gente pode citar diversos programas que têm sofrido com esse tipo de situação. A gente precisa descobrir uma forma de interromper esse ciclo de negação, que é comum, constante e sempre acontece da mesma forma, no mesmo lugar.

Ele acontece no ponto em que as linguagens não são atendidas, em que os programas são interrompidos ou são cortados, os imensos cortes nos programas que estão acontecendo e por aí vai.

Então, a gente sempre fica num ciclo em que a gente vem para cá, consegue uma boa articulação com a Câmara, com os Vereadores, a partir da nossa história de atuação junto a vocês. E aí chega no Executivo acontece o corte, primeiro porque não tem orçamento, porque está aguardando arrecadação, porque não sei o que, não sei o que lá.

Como é que a gente faz para interromper esse ciclo, sendo que todo início do ano a gente chega para conversar com vocês no início dos trabalhos e fala: “tem cinco bilhões em caixa, tem oito bilhões em caixa, tem sete bilhões em caixa”? E ano após ano, o que acontece? Aumento de arrecadação, aumento de proposta de LDO, aumento de arrecadação, aumento de proposta de LDO e a cultura está sempre prejudicada.

A gente precisa melhorar o orçamento global da Pasta, evitar o congelamento dos programas, evitar os atrasos de pagamentos. A gente precisa equacionar essa situação junto com vocês na Lei de Diretrizes Orçamentárias, porque senão a gente não consegue interromper esse ciclo.

Muito obrigado. Essa é a minha fala.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, José Renato. O próximo inscrito é Gustavo Xavier.

Eu vou chamar o Renato Palito e depois volto a chamar o Gustavo. Renato está na sala?

**O SR. RENATO PALITO** – Sim, sim. Vou abrir aqui os trabalhos.

- Instrumento musical.

**O SR. RENATO PALITO** – Primeiramente bom dia a todos, a todos os Vereadores, ao pessoal do Tribunal de Contas e aos companheiros que já falaram antes de mim.

Sou o Palito, contramestre Palito, faço parte do Fórum da Capoeira e dos movimentos culturais. Abri aqui tocando um berimbau, porque essa semana tivemos uma vitória, que foi a implementação – deixa até eu conferir aqui rapidamente – do PL da capoeira nas escolas.

Então, agradecer primeiramente aos Vereadores Paulo Fiorilo, Alfredinho, Sidney Cruz, Elaine do Quilombo Periférico, Erika Hilton, Arnaldo Faria de Sá, Felipe Becari, Gilson Barreto, Jean Madeira, Juliana Cardoso, Luana Alves e o Prefeito Ricardo Nunes, porque foi um grande avanço.

Só que, como foi falado pelos nossos irmãos, a gente precisa do orçamento, porque foi implementado, mas não tem um orçamento específico para fomentar esses trabalhadores da cultura, da área da capoeira, nesses espaços escolares.

Com isso também, já dando encaminhamento, falar sobre a importância do auxílio emergencial na área da cultura para o ano de 2022, porque a gente sabe que a área da cultura é uma das mais afetadas e ano que vem vai ser muito difícil para os trabalhadores da cultura.

A questão também, como disse o Zé Renato, do descongelamento dos fomentos para a cultura. A gente tem essa grande dificuldade dos descongelamentos, pois a gente consegue vir aqui lutar pelo orçamento e depois eles não são executados. Infelizmente, a maioria dos trabalhadores da cultura nos espaços periféricos está fechando. O pessoal está indo para a rua.

Então, isso tem que ser prioridade. A gente pede encarecidamente prioridade na liberação desse orçamento, esse descongelamento e a reserva. Todo ano a gente vem lutar aqui, vem falar sobre a questão dos 3% para o orçamento da Cultura e, desses 3%, 1,5% para a periferia.

É isso que eu tinha para falar. Gratidão a todos. Estamos juntos. Se cuidem, que a pandemia está pegando, não podemos vacilar. Axé!

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Mestre Palito. Parabéns pela aprovação do projeto, que eu sei que você e os companheiros da capoeira lutaram, foi um grande ganho para a cultura a capoeira nas escolas.

Eu devo chamar novamente o Gustavo Xavier, que eu havia chamado e não se pronunciou. (Pausa) Bom, enfim, ele conseguindo entrar na sala, nós daremos oportunidade.

Senhores vereadores, automaticamente todos inscritos. Inscreveu-se no *chat* primeiramente o Vereador, Líder da Bancada, Eduardo Suplicy. Com a palavra, nobre Líder. (Pausa) Suplicy, precisa ativar seu microfone.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY** – Muito obrigado, Presidente Jair Tatto. Quero cumprimentar o representante Thulyo, do Tribunal de Contas, o representante do Secretário de Finanças. E gostaria, primeiro, de falar sobre as medidas para a retomada do crescimento do emprego e da renda.

A cidade de São Paulo não realizou o lockdown quando era necessário, as mortes, inaceitáveis, eram apenas aquelas que ocorressem por falta de atendimento hospitalar. Seguimos com um distanciamento social aquém do necessário, com medidas insuficientes para testagem, rastreamento de contatos, e a perspectiva da vacina em médio prazo enfraqueceu

as medidas de prevenção, mesmo com os indicadores apontando para o aumento de óbitos nas próximas semanas.

Essa política de evitar medidas de restrição mais severas gerou resultados. O volume de recursos que circulou na Cidade em 2020 foi superior ao registrado em 2019. O crescimento da atividade impactou positivamente a arrecadação municipal, que aumentou em 6,3%, acréscimo de 3,9 bilhões de reais. Porém, tal política beneficiou grandes empresas aumentando a base da economia, que registrou perdas consideráveis no último trimestre de 2020.

A Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio registrou, no Município de São Paulo, uma marca alarmante: uma em quatro pessoas em idade ativa não tinha trabalho. O número de pessoas sem uma ocupação era de 1,1 milhão. A desigualdade social foi ampliada em ritmo impressionante.

A Prefeitura de São Paulo necessita manejar o Orçamento municipal para combater o acirramento das tensões sociais e, para tanto, a Bancada do PT propõe a efetivação da Lei de Compras Públicas, com tratamento diferenciado e simplificado a microempresas e empresas de pequeno porte; a retomada de obras paradas com monitoramento rigoroso para impedir discontinuidades; e um plano de desenvolvimento vigoroso para garantir os maiores investimentos nas regiões mais vulneráveis da Cidade.

Com respeito às medidas contrárias à austeridade fiscal, elevar a austeridade fiscal não é a melhor trajetória para o enfrentamento da atual crise. Os principais governos do mundo estão implementando medidas para manter a economia aquecida por meio de programas de manutenção do emprego e geração de renda. Contudo, temos um acirramento das medidas de austeridade fiscal no País.

A gestão orçamentária e financeira da Prefeitura segue esta orientação com a implementação de uma política severa de restrições de despesa pública, com congelamentos e cortes de programas sociais que geram valores recordes em caixa devido ao crescimento da receita pública. Esta situação tende a piorar nos próximos exercícios devido à predisposição da

Prefeitura em adotar uma limitação das despesas correntes superior à exigida pela Constituição Federal.

Nesse sentido, apresentamos emendas que têm como objetivo garantir recursos para áreas e programas sociais ao aumentar o percentual das despesas correntes, que deverá ser aplicado nos exercícios seguintes; impõe limitações para o acúmulo de recurso em caixa e propõe que em determinados programas sociais o contingenciamento seja vedado.

No que diz respeito às medidas de apoio à transparência, à participação popular, é claro que a transparência e a participação popular são instrumentos para melhorar os resultados alcançados pelo planejamento orçamentário.

De 2017 a 2020, o número de conselheiros participativos das prefeituras regionais foi reduzido. O Conselho de Planejamento e Orçamento Participativos que reunia conselheiros de cada prefeitura regional para participar da elaboração do orçamento municipal anual teve as suas atividades encerradas.

Para 2022, o Governo pretende suprimir os conselhos participativos municipais da organização do processo de consulta, acompanhamento e monitoramento das discussões sobre a proposta orçamentária anual.

Para filiar a interrupção da participação popular, aumentar a transparência da execução orçamentária, a Bancada do PT apresenta emendas para impedir retrocessos na participação social, fortalecer a transparência em contato de entidades privadas sem fins lucrativos, implementar medidas para avaliação periódica dos resultados do PPA 2022-2025, estabelecer um patamar mínimo de informações regionalizadas e inserir dispositivos para mensuração dos custos de programas.

Gostaria de fazer uma indagação ao Secretário Adjunto Luis Felipe, ou quem o estiver representando, se concorda com a destinação de uma parcela do orçamento municipal, com valores próximos a 3 bilhões de reais, segundo o índice de redistribuição territorial do orçamento da Rede Nossa São Paulo e da Fundação Tide Setubal.

Lembro aqui que o Secretário Adjunto Luis Felipe foi, inclusive, consultor no estudo

dessas instituições a Rede Nossa São Paulo e da Fundação Tide Setubal. Acho importante que possa também o Secretário de Finanças e seu representante nos informar a respeito das observações do Tribunal de Contas em que medida serão consideradas as sugestões de ajuste da Lei Orçamentária.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Vereador Eduardo Suplicy. Ao final, obviamente, o nosso nobre relator vai passar o calendário do prazo das emendas no momento correto oficial, conforme o Regimento, mas não impede de, nesta oportunidade, nas audiências a gente já antecipar.

Peço a paciência do Vereador Celso Giannazi, que está inscrito. Nós temos uma inscrição que surgiu agora que é a da Sra. Rita Teles.

**A SRA. RITA TELES** – Bom dia a todos os Vereadores, aos meus colegas de luta. Sou Rita Teles, mulher preta, sim eu uso dreads curtos, castanhos escuros que estão presos no alto da cabeça. Atrás de mim uma porta branca, uma janela. Estou usando uma blusa de gola alta cinza chumbo.

Gostaria de cumprimentar novamente todas as pessoas, todas as falas dos colegas que me antecederam. Sou trabalhadora da cultura, sou atriz, produtora cultural, arte educadora.

Primeiro, eu gostaria de chamar a atenção de vocês que estão acompanhando. A participação e a fala recorrente são de pessoas da cultura. Por que será que temos tantas falas de pessoas da cultura?

Várias falas aqui já me contemplaram, sobretudo do camarada Uil, do Palito, mas eu gostaria de chamar para a reflexão o que o Vereador Suplicy também já colocou, sobre a questão da Covid.

Já é mais do que sabido que a Covid matou mais pessoas pretas e que a vacina chegou em número menor para as pessoas pretas.

Como trabalhadora da cultura, venho fazer esse pedido de reflexão para propor

aumento no orçamento da cultura, descongelamento de verbas que já são garantidas por lei municipal, como já foi mencionado aqui, do reggae, do forró, do samba, para olharem para isso com um pouco mais de sensibilidade, para que, além das mortes pelas mãos da polícia...

Eu acho que todo mundo está sensibilizado, aqui, hoje – eu estou. Apesar de não ter uma ligação direta com a menina Kathlen, lá, do Rio de Janeiro, que foi assassinada, todas as pessoas pretas estão em luto nesta semana. Esse tipo de coisa nos tira o sono e a paz. É muito triste conviver com isso e a dela é só mais uma morte. Lidamos com isso todos os dias.

Para que as pessoas não morram de saúde mental e não morram da Covid, eu chamo a atenção de vocês, para que também não morram por negligência, de ausência de políticas públicas para a Cultura. (Falha na transmissão) Infelizmente, não temos um mapeamento efetivo que parta por interesse da Secretaria Municipal de Cultura. Não temos um medidor para saber quantas pessoas se inscrevem hoje em editais que estão longe do ideal para atender toda a população, toda a gama dos fazedores de cultura. Então, eu gostaria só de fazer esta fala para sensibilizá-los a ter um olhar muito mais humano para a cultura, sobretudo, a cultura preta e periférica.

Eu encerro a minha fala, desejando que todas as pessoas, aqui, estejam em segurança e com saúde.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Rita. Tem a palavra o Vereador Celso Giannazi.

**O SR. CELSO GIANNAZI** – Obrigado, Presidente Jair Tatto. Parabenizo-o e cumprimento-o. Em seu nome, cumprimento todos os Vereadores e o público que está aqui, as pessoas que estão aqui, nos acompanhando, com as falas importantes que estão sendo feitas. Cumprimento, também, o Secretário Municipal da Fazenda, Guilherme Bueno, o nosso Secretário Adjunto, Luis Felipe, e o Subsecretário de Planejamento, Fabiano, que está aqui, fez uma bela explanação e tem feito um grande trabalho na Secretaria da Fazenda.

Vou ser sucinto. Há muitos pontos para levantar, mas acho que é importante a população poder falar. Dentro desta LDO de 2022, eu gostaria de tocar em dois pontos que são

importantíssimos para nós. Já vimos discutindo isso na Câmara Municipal há algum tempo. Considerando-se não só a receita tributária, mas a receita total da Prefeitura de São Paulo, o Orçamento da cidade de São Paulo, na LDO de 2022 quase 12 bilhões de reais serão destinados à área da Saúde na cidade de São Paulo. Talvez seja suplementado, porque, com a pandemia, sabemos que os gastos na área da Saúde são importantes, necessários, para acolhimento, para salvar vidas na cidade de São Paulo. Desses 12 bilhões, aproximadamente metade desse valor, seis bilhões de reais, está comprometida com as Organizações Sociais, que consomem metade do orçamento da Saúde.

O encaminhamento que fazemos é no sentido de já termos debatido isso em alguns momentos, na Câmara Municipal, mas com certa dificuldade. Espero que agora avancemos e possamos dar transparência aos gastos com as Organizações Sociais, para que possamos detalhar as despesas na execução orçamentária, criando itens e subitens de despesa, principalmente, indicando o que é gasto com pessoal, o que é gasto com obra, o que é gasto com reforma, o que é gasto com aluguel. A sociedade precisa ter o controle social do Orçamento e, do jeito que está, não há transparência nos gastos com as Organizações Sociais, que consomem esse recurso da cidade de São Paulo, que é enorme.

Hoje, para acessar um desses dados, temos de ir contrato a contrato. É muito difícil uma pessoa qualificada, uma pessoa técnica, ter acesso a esses dados. À população, como um todo, é impossível ter acesso a esses dados. Estamos brigando e colocamos, inclusive, uma emenda no PL 236, de 2021, para que os contratos sejam digitalizados e colocados em dados abertos, para que a população tenha acesso e possa fazer o controle social desses gastos públicos.

Então, é um avanço muito grande que vamos fazer, como foi feito no PPI. Ao PPI nós apresentamos uma emenda. O PSOL apresentou uma emenda, que foi contemplada no PPI, colocando a transparência do que foi arrecadado com cada código de serviço no PPI. As pessoas vão poder saber se o PPI foi ou não eficiente. Agora, elas vão poder saber quanto foi gasto com as Organizações Sociais. Isso é muito importante.

Outro ponto que eu gostaria de deixar, para que o Fabiano ou o Luis Felipe, que estão aqui, pudessem comentar, também, é o item da valorização salarial dos servidores públicos municipais. Fica, para mim, uma dúvida: se essa valorização, que está muito genérica, ali, compreende recomposição salarial e reajuste inflacionário, para que possamos sair dessa política de reajuste salarial de 0,01%, que já vem há muito tempo na cidade de São Paulo.

É hora de mudarmos. Temos a arrecadação. Voltamos aos níveis de arrecadação anteriores à pandemia. Então, acho que é hora de quebrar essa política, não valorização, na verdade, de 0,01%. Gostaria de saber se essa valorização contempla a composição e reajuste inflacionário dos trabalhadores? O item da transparência é fundamental para que possamos evoluir. Deixo aqui minhas perguntas.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - Tem a palavra o Vereador Dr. Sidney Cruz.

**O SR. DR. SIDNEY CRUZ** - Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar V.Exa. e estendo os cumprimentos a todos os Srs. Vereadores presentes; cumprimentar o representante do Tribunal de Contas, o Thulyo; o Fabiano, Subsecretário de Planejamento; todos os movimentos culturais representados e todos os telespectadores que nos assistem pelas redes sociais.

Sr. Presidente, primeiramente, quero parabenizar os movimentos culturais. Vejo aqui nas audiências públicas que são sempre os mesmos presentes e lutando por um olhar diferenciado da municipalidade com relação à Cultura – até mesmo por ter sido o setor mais prejudicado. Esses movimentos participam, ajudam na construção do orçamento e no futuro são prejudicados com congelamentos em vários setores. Temos o caso do congelamento de 100% do movimento hip-hop, das comunidades do samba e vários outros movimentos foram prejudicados.

A Cultura, quando se analisa o orçamento e o planejamento, falando de 2021, percebo que o que não foi congelado foi executado em uma pequena parcela. E quando falamos de Cultura, não tem como não lincar com as nossas periferias, com as nossas

comunidades. São os territórios que mais precisam de um olhar e da atuação do Município e dos agentes públicos.

Sr. Presidente, quero contribuir no sentido, primeiro: ter uma preocupação com a participação popular, um tema tão importante, a construção desse projeto de lei, da LDO e vejo poucas pessoas participando. Sabemos que temos um problema muito sério de tecnologia, da falta do *wi-fi* nas nossas comunidades. Isso acaba prejudicando, sim, a participação popular, a construção coletiva de um projeto tão importante para o ano de 2022.

Espero, Sr. Presidente, nobre Relator, meu amigo Isac Felix, que possamos garantir nessa LDO a implantação de Casas de Cultura nas nossas periferias, a implantação de *wi-fi* e a disponibilidade de tecnologia nas praças públicas. Que sejam de fato disponibilizados recursos para a Secretaria de Esporte e Lazer para programas sociais, reais, efetivos, executados nas nossas comunidades para abraçarmos as nossas crianças, os nossos adolescentes.

Novamente, quero parabenizar os movimentos culturais, todos os representantes que estão sempre presentes, como o Rapper Pirata, o Uil Ribeiro, assessor do nobre Vereador Toninho Vespoli; José Renato; Palito, da Capoeira. Tivemos, nesta semana, um avanço muito importante. O Prefeito Ricardo Nunes sancionou o projeto de lei que reconhece o caráter educativo e de formação da Capoeira, possibilitando convênios com as unidades educacionais do Município de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - Obrigado, Vereador Dr. Sidney Cruz. Com a palavra a nobre Vereadora Janaína Lima.

**A SRA. JANAÍNA LIMA** – Obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento V.Exa. por esta audiência pública, pela participação; cumprimentar o nobre Vereador Isac Felix pela qualidade do trabalho que vem desempenhando nessa missão da relatoria da LDO.

Ouvi com atenção a apresentação do Thulyo, Auditor do Tribunal de Contas do Município, e na sua fala, ele cita a despesa pessoal dos terceirizados e, segundo a Secretaria

do Tesouro Nacional, a partir de 2022, torna-se obrigatória a questão de estar sendo mostrado de como é feito esse gasto. A gente sabe que isso é um grande desafio, porque esses gastos são feitos com as organizações sociais de saúde, creches, que possui um volume muito grande e tantos outros contratos que a Prefeitura mantém. E nós sabemos da dificuldade porque, além de ser um volume muito grande, nós não temos mão de obra suficiente para fazer essa revisão. Só que a gente precisa estar cumprindo essa disposição da Secretaria do Tesouro Nacional, então, eu queria aqui perguntar para o Thulyo para ver se ele consegue me dar uma luz se houve alguma simulação com a inclusão desse gasto no demonstrativo de pessoal.

Então, Presidente, é só isso, corroborando com todas as manifestações que eu fiz, na primeira audiência da LDO. Muito obrigada, Presidente, agradeço desde já, cumprimentando o Fabiano, aqui representando o nosso querido Secretário Thulyo, pela sua brilhante explanação. Gostei muito da fala do Vereador Sidney e do Suplicy a V.Exa. sempre muito republicano, democrático aqui, na condução dos trabalhos das nossas audiências públicas.

Muito obrigada, cumprimentando a todos os cidadãos, todas as organizações que fazem parte desse espaço, dessa Casa do Povo, um espaço democrático, participativo, e que todas as audiências públicas sejam assim, com bastante participação para que essa Casa, de fato, seja cada vez mais a cara do povo paulistano. Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Vereadora, Janaína, nobre relator cumprimento V.Exa. e passo a palavra. V.Exa. já vai passar também, além de outras intervenções, um calendário já preparado aí, é isso Vereador Isac Felix?

**O SR. ISAC FELIX** – É isso, Presidente, bom dia a todos. Quero parabenizar o Presidente pela condução dos trabalhos, na Comissão de Finanças, quero cumprimentar aqui o nosso Thulyo, que está sempre com a gente há já algum tempo, representando o Tribunal de Contas, nos dando subsídios de orientação, quanto ao Orçamento, e a nossa Comissão de Finanças também. Quero cumprimentar o Fabiano, representando nosso Secretário, pela sua exposição e os demais Vereadores, Colegas, quero mandar um abraço aqui para Vereadora

Janaína Lima. Janaína Lima que tem feito um trabalho brilhante na Comissão de Finanças e ela realmente ocupou a cadeirinha da Soninha, viu. A Soninha dava subsídio para nós, dava um suporte, acompanhava de perto e a Janaína veio que veio.

Por isso que ela é da zona Sul, Presidente, lá do Campo Limpo. Mas um abraço a todos, dizer que eu estou à disposição, estou empenhado e fazendo o melhor trabalho na LDO. E dizer o seguinte: acho que é uma coisa para nós pensarmos, referentes a questão da Cultura. A Cultura, nos últimos anos, eu tenho meu segundo mandato aqui, e temos acompanhado sempre as indicações, a luta desse movimento cultural, desse pessoal que realmente trabalha na periferia, é cultura em toda a cidade de São Paulo, mas a periferia tem sofrido bastante.

Nos últimos anos essa Comissão trabalhou bastante, referente nessa área cultural, mexemos, conseguindo aumentar o Orçamento, agora precisamos, e eu volta como relator e vou acompanhar de perto a questão dos gastos da Cultura. Precisamos realmente ver como tem sido investido, onde, de que maneira, porque é um movimento importante, é um segmento importante para a cidade de São Paulo, e nós sempre recebemos as mesmas reclamações. Quero dizer aqui as solicitações que foram colocadas, abordadas, e anotei todas aqui. Pensei muito bem realmente nessa questão do fundo emergencial da Cultura, eu tenho trabalhado isso, a questão também do Orçamento da Saúde, onde tem sido gasto.

Eu acho que nós precisamos realmente acompanhar de perto e dizer o seguinte: estamos empenhados para fazer o melhor para a cidade de São Paulo e, na Comissão de Finanças, já estou há cinco anos, juntamente com o Presidente, para que nós possamos fazer o melhor trabalho.

Quero passar aqui também que o nosso relatório que nós vamos publicar agora dia 15 sai no Diário Oficial essa segunda audiência, nós vamos ter 16. Nós levaremos esse relatório para ser aprovado, na Comissão de Finanças, e a primeira votação no dia 16, no plenário. Aí seria à tarde, Sr. Presidente. Aí estaria aberto para as emendas dos novos Vereadores, do dia 17 ao dia 22, de junho. Esse é o calendário. E no dia 30 de junho

pretendemos votar em Plenário em segunda votação. A primeira, no dia 16; e dia 30, em segunda votação. Era isso, Sr. Presidente. Estou à disposição. Já publicarei essas datas, creio que já mandamos para publicação, e estaremos acompanhando e recebendo emendas dos nobres Vereadores.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Vereador Isac Felix. Parabéns pelo trabalho, pela dinâmica. Percebe-se que já temos um calendário aprovado. Evidentemente, nada impede que haja emendas já na primeira votação, trata-se de conversar com o nobre relator. Eu consultei a assessoria jurídica, mas, por tradição, abrem-se duas sessões, após a primeira votação, para a apresentação das emendas. Há um prejuízo, sim, de participação, por ser via online. Oxalá, quando vier a Lei Orçamentária anual, em final de setembro, começo de outubro, possamos estar todos vacinados e imunes para fazer um grande debate.

**O SR. ISAC FELIX** – Amém!

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Que possamos nos encontrar, todos, com o público. Obviamente, aumentará muito o público, mas esse é o recurso que temos.

Verifico que há uma pergunta direcionada diretamente para o Thulyo, e há perguntas do Thulyo direcionadas ao Fabiano. A Vereadora Janaína Lima dirige uma pergunta ao Thulyo. Não vejo mais nenhum inscrito, nenhum Vereador ou Vereadora nem munícipe. Então, acho que o Thulyo poderia responder. Você pegou uma pergunta feita a você pela Vereadora Janaína Lima, é isso? (Pausa) Então, vamos lá.

**O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES** – A questão diz respeito à obrigatoriedade, por portaria da Secretaria do Tesouro Nacional, de inclusão das despesas com o pessoal terceirizado, nos limites das despesas com pessoal.

Esse é um assunto já foi discutido no Tribunal de Contas, inclusive porque esse prazo de 2022 já foi adiado algumas vezes pela própria Secretaria do Tesouro Nacional. Eu consegui recuperar, num grupo de estudos técnicos que fizemos no Tribunal, o seguinte: em síntese, houve uma sessão plenária no Tribunal de Contas sobre as contas de 2016 da Prefeitura – vejam que já faz um tempo -, em que o Plenário determinou para auditoria o

seguinte: “Desenvolva estudos em autos apartados para o aprofundamento da análise sobre o alcance do regramento contido no parágrafo 1º do artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal no que toca aos limites de despesa de pessoal com atividades terceirizadas envolvendo substituição de servidores públicos municipais”.

A partir dessa determinação, foi criado esse grupo de estudos em 2017. Estou com o relatório do grupo de estudos e, se for de interesse da Comissão ou da Vereadora Janaína, posso encaminhar a vocês por *e-mail*.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Sim, peço essa gentileza. Passe para a Comissão, por favor.

**O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES** – Sem problemas. Eu já adianto que, na conclusão, fizemos um estudo conservador, considerando como se todas as despesas terceirizadas fossem de pessoal. Logicamente, isso não é a realidade, pois algumas despesas terceirizadas não são com pessoal. Mas, como não há essa discriminação, nós consideramos uma simulação – na época, em 2017 -, para tentar estimar o percentual da despesa com pessoal total do Município a fim de verificar se o limite seria ou não ultrapassado e o quão próximo estaria do limite.

Só para adiantar para todos – embora eu vá encaminhar esse estudo para a Comissão por *e-mail* -, a conclusão é a seguinte:

“Em atendimento ao determinado na Sessão Extraordinária do Plenário, o Grupo de Estudo constatou que os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos não estão sendo incluídos no Demonstrativo da Despesa com Pessoal no Relatório de Gestão Fiscal.

Destacamos ainda o que segue: 5.1 - Efetuada a simulação do impacto da inclusão dos valores totais dos repasses às organizações sociais e entidades do terceiro setor, no montante de despesa com pessoal, verifica-se que o percentual de despesas com pessoal do Poder Executivo sobre a receita corrente líquida, no segundo quadrimestre de 2017, passaria de 37,418% para 53,996%. Em razão da proximidade com o limite legal de 54%, cabe à

Prefeitura apurar o montante de despesas com insumos e materiais e desconsiderá-lo do cálculo ora apresentado pela auditoria, reduzindo, portanto, o percentual acima apresentado.

Na ausência de recálculo por parte da Prefeitura, a auditoria efetuará a apropriação integral dos valores, para fins de verificação da observância ao limite de 54% da LRF.

Lembro que esse ainda é um grupo de estudos. Ele não é a posição definitiva do Tribunal de Contas.

5.2 - A Prefeitura não incluiu, no PLOA referente ao exercício de 2018, elemento de despesa específico, outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização, já exigidas pelo manual de demonstrativo fiscal há vários anos, para permitir o reconhecimento dos valores referentes à substituição de servidores, empregados públicos no demonstrativo da despesa com pessoal em 2018.”

Então, Sr. Presidente, essa é a conclusão do grupo de estudos.

Como eu disse, eu vou encaminhar para a comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - Obrigado. Eu queria fazer aqui uma referência aos nobres Pares que nos veem, que, sobre esses 37,5%, há alguns anos nós não ultrapassamos dos funcionários efetivos. Ou seja, nós somos uma Prefeitura, no País, que fica mais distante do limite prudencial.

OK, Sr. Thulyo?

**O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES** – Isso, exatamente.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - Então, é uma velha discussão, nobres Vereadores, que se faz. Então, quanto ao plano de terceirização em massa que ocorre, eu faço esse questionamento. Se não breicar baseado então nessa interpretação, que ainda eu posso chamar de dúvida, nós ultrapassaremos com o tempo. É isso? Além de responsabilidade fiscal, que é o limite prudencial de 54%.

Então, quanto a esse debate, quando mais uma organização social, mais uma privatização, mais uma terceirização...

Nobre Vereador Isac Felix, lembra-se da luta para não se permitir que o Hospital do

Campo Limpo fosse transferido? Então, eu acho que é o momento oportuno, baseado nesses relatórios do Tribunal de Contas, da Fazenda e para o Governo, como um todo, avaliar esse aceleração, a aceleração desses conveniamentos. Sobre conveniamento, quando falamos na Assistência e na Educação, não fere tanto, mas, se nós formos analisar, aí fica também um questionamento ao Sr. Fabiano e uma pergunta, se nós não desacelerarmos essas questões das organizações sociais - porque a Saúde é a mais cara, do ponto de vista de terceirização - nós incorremos o risco de fugir um dia da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, eu faço aqui essa observação.

Sr. Fabiano, conseguiu anotar tudo, mais ou menos tudo? Tiveram alguma dúvida?

**O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA** - Fiz as anotações aqui de todos os questionamentos sim. Antes de iniciar aqui as considerações, eu só gostaria de passar a todos as desculpas do nosso Secretário, Sr. Luis Felipe, que está nos acompanhando aqui, mas com dificuldade de áudio. S.Exa. não consegue se comunicar. Então, se V.Exa. me permite, Sr. Presidente, eu vou fazer aqui as observações em seu nome.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** - S.Exa. me ligou, Sr. Fabiano, minutos antes, colocando a observação, mas a gente tem aí a garantia da exposição. Os senhores trabalham em equipe, seja adjunto, e a gente tem muita confiança nos dados que os senhores colocam. Está bom?

**O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA** - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou falar um pouco, respondendo ou, pelo menos, buscando responder aqui as primeiras considerações do Sr. Thulyo. É claro que vamos ainda vamos nos debruçar sobre o relatório do Tribunal de Contas.

E é sempre importante a gente ter essa percepção do Tribunal sobre o nosso trabalho, e a gente busca sempre o melhor, o trabalho mais qualificado, mas técnico, enfim, mais transparente também, mas a gente sempre também busca a melhoria, e essas observações do Tribunal são muito importantes para o nosso trabalho.

Vou falar um pouco, aqui, sobre os projetos em andamento. O Thulyo mesmo citou

a questão dos projetos em andamento. O projeto de lei possui um artigo que fala sobre projetos em andamento e é importante dizer também que essa questão tem de ser olhada caso a caso, e o ordenador da despesa, ou seja, o Secretário de cada Pasta, ele tem responsabilidade por não iniciar um projeto novo sem concluir aqueles que já estão em andamento na Subsecretaria. De uma forma geral, a LDO traz esse comando normativo, que já é derivado da própria LRF.

Sobre essa questão de estar dando brecha à despesa de pessoal é muito importante dizermos que, o Thulyo até já antecipou, a Secretaria do Tesouro Nacional vem, já há alguns anos, postergando o prazo para despesa de pessoal, prazo para se implementar a inclusão dos gastos com contratos de terceiros, relacionados à despesas de pessoal, porque existe uma discussão mais ampla sendo feita no âmbito do Tesouro Nacional que é a conceituação da própria despesas de pessoal, para daí sim, sabermos e termos a segurança jurídica do que colocar ou não como despesa de pessoal, relaciona a esses contratos.

E essa discussão me parece que ainda não foi concluída. Não há ainda uma conclusão muito clara sobre essa questão. E, com essa discussão em andamento, a Secretaria do Tesouro Nacional tem, anualmente, esticado esse prazo para justamente a inclusão dessas despesas como despesa de pessoal.

O prazo que temos, agora, é 2022, e por óbvio, vamos seguir a portaria do Tesouro Nacional. A LDO não faz essa referência, da inclusão dessas despesas, porque já está dentro de um normativo técnico da Secretaria do Tesouro Nacional e, então, seria uma questão de “Olha, vamos trazer para LDO todo o normativo técnico da STN para elaboração do Orçamento?” A gente optou, o Tesouro entendeu, que já existe um normativo, o qual vamos seguir, normativo esse que é a portaria da STN que trata desse assunto.

Sobre as limitações do empenho, temos lá um artigo da LDO que diz quais são as despesas que devem ser priorizadas em relação às limitações de empenho. Claro que essas despesas vão ocorrer no âmbito da execução orçamentária. A LDO diz para nós: “As despesas A, B e C estão no texto da lei e essas despesas são as que tem prioridades caso haja limitação de empenho”, então seguimos o que está colocado no texto da lei, caso tenhamos de fazer as

limitações de empenho.

Sobre o detalhamento das decisões das ações judiciais que compõem o Fundo de Depósitos Judiciais, o Tribunal já havia apontado esse ponto anteriormente, e estamos em estudos com a Procuradoria do Município para encontrar a melhor maneira de fazer esse detalhamento dessas ações. Destaco aqui que é bastante difícil fazer isso em tão curtíssimo prazo, dada a complexidade que envolve a quantidade de ações também e que engloba o Fundo de Depósitos Judiciais.

Por outro lado, ele tem um comportamento estatístico muito instável e a gente consegue, de alguma forma, ter uma visão mais clara desse risco por meio do comportamento estatístico do Fundo de Depósitos Judiciais. O que colocamos no Anexo de Riscos Fiscais é basicamente esse estudo estatístico que nos traz, com um nível de precisão até elevado, as nossas considerações de risco para os depósitos judiciais.

Sobre as metas fiscais, que o Thulyo citou também, é outro equívoco, algum erro na hora de imprimir o relatório, ao Vereador Isac já antecipo que vamos encaminhar um ofício para trocar esse quadro das metas, porque faltaram algumas metas finais na informação. Por isso, devemos mandar um ofício atualizando esse quadro, porque, realmente, acho que foram duas ou três linhas de informações que não aparecem e são desse quadro.

Só no artigo 41, que o Thulyo citou, que tem redação confusa, vou tentar esclarecer rapidamente. O artigo 41 desconsidera, para fins de metas fiscais de resultado primário, os depósitos judiciais. A questão aí é a seguinte: os depósitos judiciais, foram como são hoje, a receita e a despesa dele, causa um resultado nulo para as metas fiscais, o resultado primário. Porque ele é sempre despesa primária: entrou dez, saiu dez. É primário, então, para o cálculo da meta, é nulo, é zero.

Por outro lado, se fizermos uma operação de crédito como está previsto e foi recentemente aprovado, aqui na Câmara, é que o Município fizesse uma operação de crédito para pagamento de precatórios, mas aí teríamos um desequilíbrio, porque a receita de operação de crédito não é primária, mas a despesa do pagamento de precatório sim, ele é. E

essa operação é típica pontual. Então, o objetivo ali era a gente desconsiderar essa operação para que não causasse distorção na meta, justamente por conta da Receita de Operação de Crédito, se houver, se conseguirmos fazer a operação. O objetivo desse artigo é esse, a redação desse artigo diz isso.

Sobre as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, o objetivo do quadro, no nosso entendimento, não é dizer necessariamente todas as despesas, mas qual é o montante, qual é o espaço que existe no Orçamento para Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Isso é sempre olhado no âmbito da Secretaria da Fazenda, pelo Executivo de uma forma bastante conservadora também, porque, ao gerar Despesa Obrigatória de Caráter Continuado, nós estamos comprometendo espaço futuro da Prefeitura, nós estamos comprometendo espaço fiscal de exercícios seguintes. Por isso, nós olhamos isso sempre com bastante cautela, com bastante cuidado.

Sobre Controle de Custos, o Thulyo aponta uma questão importante, que é a necessidade de avançar normativamente no que diz respeito a custos e, na Administração Pública, custos é algo que precisa ser disciplinado no âmbito também da Secretaria do Tesouro Nacional, e nós sabemos que a nossa legislação não é voltada para custos e sim para a despesa pública, toda ela voltada para a despesa pública. O nosso orçamento público, de forma geral, é voltado para a despesa, para a visão de despesa e não visão de custos. Nós precisaríamos ter um debate mais amplo para entender de que forma a nossa composição orçamentária pode ser voltada para custos. Nós temos alguns trabalhos executados na Prefeitura, na Secretaria da Fazenda, para avançar nessa questão de custos, mas é algo que precisa, de fato, avançar inclusive normativamente. Concordo com o Thulyo nesse aspecto.

Foram essas as minhas anotações. Como eu falei, nós ainda vamos olhar o relatório, vamos fazer as nossas considerações em relação ao relatório do Tribunal. Agradeço mais uma vez por terem dado a oportunidade de análise e de melhoria também do nosso trabalho.

Agora em relação aos questionamentos dos nobres Vereadores que participam

desta audiência. O Vereador Suplicy falou das medidas de austeridade. É importante também nós dizermos que nós estamos propondo, por outro lado, a redução do resultado primário por utilização do superavit primário, o que significa dizer que nós estamos buscando, de alguma forma, a manutenção da atividade econômica na Cidade com a ampliação de gastos. Mas isso também é feito com bastante cautela para que nós não usemos esse estoque de caixa que é o superavit para Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado para criar despesa obrigatória para os outros exercícios, porque seria, de certa forma, perigoso.

Nós temos nos pautado pela utilização de *superavit*, como já disse o Prefeito. O saudoso Prefeito Bruno, em outras oportunidades, disse que era muito importante que a Prefeitura mantivesse o nível de gasto, mantivesse a economia da Cidade o mais aquecida possível e que a Prefeitura fosse indutora disso, e nós temos buscado seguir essa orientação, que continua com o Prefeito Ricardo, mas sempre com muita responsabilidade, para que nós não utilizemos caixa ao buscar expandir despesas obrigatórias para o futuro.

Ao Vereador Celso, agradeço as gentis palavras em relação à minha pessoa. Eu busco sempre realizar o trabalho da melhor maneira possível, fazer as coisas da melhor maneira possível. É sempre importante nós tentarmos qualificar o nosso trabalho e a nossa entrega para a sociedade. Por isso, agradeço as gentis palavras.

Em relação aos gastos de 12 bilhões que hoje compõem o orçamento da Secretaria de Saúde – é claro, a pandemia expandiu os gastos da Saúde –, eu faço coro e é muito importante que nós tenhamos transparência nos gastos com as Organizações Sociais; não só com elas, mas de uma forma geral. A transparência com o público é importante e fundamental em todos os aspectos para o controle social, seja pela Tribunal, seja diretamente pela sociedade, seja pela Câmara, seja por todos nós cidadãos. Isso é muito importante.

Em relação à valorização da Despesa de Pessoal, vejo como muito importante a valorização do servidor público, e nós temos buscado o espaço mais adequado possível para fazer um debate em prol da valorização de todos nós servidores públicos, que entregamos sempre o serviço mais qualificado possível para toda a nossa sociedade.

Em sua fala, o Vereador Sidney demonstrou bastante preocupação com a participação popular. Eu quero antecipar que a nossa equipe da Coordenadoria de Planejamento da Secretaria da Fazenda já iniciou os trabalhos com os Conselhos Participativos com reuniões virtuais, colhendo demandas da sociedade para que possamos trazer para o Orçamento essas demandas. Esse trabalho começou no Orçamento de 2020 e para 2021 também. No Orçamento de 2021 já há muitas demandas da sociedade que foram colhidas nas Subprefeituras, foram incluídas no Orçamento e agora estão sendo monitoradas.

Primeiro, estamos com um trabalho de monitoramento com as Secretarias para dar o retorno à sociedade dessas demandas que foram incluídas no Orçamento e, do outro lado, começamos um trabalho de coleta das demandas para o Orçamento de 2022, que incluirão a proposta orçamentária, que deveremos mandar em setembro para a Câmara Municipal iniciar os debates do Orçamento.

A Vereadora Janaína fez diversas considerações na primeira audiência pública, a quem agradeço. Eu estava presente nessa audiência e hoje fez a consideração em relação à despesa de terceirizados, que o Thulyo bem respondeu.

O Vereador Isac falou da questão da Cultura e da Saúde. Óbvio, a Cultura é muito importante no desenvolvimento social e até educacional de toda a sociedade. A Cultura é um indutor de educação e de desenvolvimento social, por isso é muito importante que a Cultura tenha a sua participação dentro do Orçamento. Falei por último da Cultura e respondendo a todos aqueles que falaram e participaram: Rapper Pirata, José Renato, Uil Ribeiro, Rita, enfim, todos que citaram a necessidade de se ampliar e de se ter a devida valorização do Orçamento da Cultura, haverá as audiências temáticas do Orçamento. Nelas haverá espaço para fazer o devido debate sobre a inclusão dos devidos valores. Eu encerro por aqui...

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Microfone ligado, acho que é o do Isac.

**O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA** – Presidente, encerro aqui as minhas considerações e me coloco à disposição para algum outro questionamento ou alguma dúvida

que tenha restado.

Mais uma vez, obrigado, Vereador Jair, pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Consta que não houve resposta a uma pergunta do Vereador Suplicy. Estou tentando ler no *chat*.

**O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA** – Sim, sim, tem razão. Está anotado aqui. Ele falou da distribuição regional do Orçamento e a utilização do índice da Rede Nossa São Paulo. É isso?

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Creio que sim.

**O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA** – Perdão, tenho essa anotação. A regionalização do orçamento é uma meta nossa de bastante tempo. Temos trabalhado com alguns códigos de detalhamentos de regularização do orçamento tanto na proposta orçamentária como na execução do orçamento. Há inclusive em andamento uma atividade promovida também pela Tide Setúbal, citada pelo Vereador Suplicy, como qual secretaria mais regionaliza o orçamento na cidade de São Paulo. Existe “uma competição sadia” entre as secretarias da Prefeitura para se verificar qual delas têm o índice de regionalização do seu gasto maior. Ele citou o índice da Rede Nossa São Paulo, nós estamos trabalhando ainda no desenvolvimento do Plano Plurianual e no programa do Plano de Metas também e o PPA deve buscar o índice de regionalização.

Estamos construindo qual é o melhor caminho, qual o melhor índice para fazer essa distribuição regional e estamos levando em consideração diversos aspectos para fazer o índice de regionalização. Sim, o PPA trará o orçamento regionalizado e iremos buscar a melhor solução de regionalização que entendemos para o debate, como proposta para a Câmara. Está bom?

Acho que era isso, Vereador. Agora sim tenho esgotadas as minhas anotações. Desculpe-me, Vereador Suplicy, a anotação estava feita e acabei passando por ela.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Muito bem. Considerando que foi produtivo o trabalho, eu peço ao Fabiano que mande um abraço ao Secretário. Ele sempre tem sido muito

atento as nossas audiências. Agradeço ao Thulyo mais uma vez.

Vereador Marcelo Messias está presente. Quer fazer alguma consideração? Acho que não ouviu.

Muito bem. Quero agradecer a todos, aos tradutores de Libras que estiveram conosco também nesta manhã, ao Fabiano, ao Thulyo, a toda a equipe, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores.

Nada mais a tratar, declaro encerrada esta audiência pública. Muito obrigado a todas e a todos. Até mais.

---